



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

A FACE OCULTA DA DEFESA ANTI-ABORTO: ALIANÇA NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORA E FAMILISTA DA ATUAL CONFIGURAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

JAYCE MAYARA MENDES MEDEIROS ¹

Resumo

A atual configuração política brasileira expõe o neoconservadorismo, que expressa aliança com a extrema direita, fundamentalistas, militares e neoliberais, cujos objetivos são construir a moralização da política e intensificar a exploração do capital. Nesse contexto, as pautas em torno dos direitos das mulheres, negros/as e do público LGBTQIA+ ficam mais restritos e atacados, principalmente no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos, tal como o aborto. Este artigo preocupa-se em analisar como esse projeto tem interferido para as dificuldades no acesso ao aborto e na moralização dessa pauta, ao invés de ser tratado a partir da democracia e saúde pública.

Palavras-chave: neoconservadorismo, neoliberalismo, aborto.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Pernambuco

Abstract

The current Brazilian political configuration exposes neoconservatism, which expresses alliance with the extreme right, fundamentalists, military and neoliberal, whose objectives are to build the moralization of politics and intensify the exploitation of capital. In this context, the guidelines around the rights of women, blacks and the LGBTQIA+ public are more restricted and attacked, especially with regard to sexual and reproductive rights, such as abortion. This article is concerned with analyzing how this project has interfered with the difficulties in accessing abortion and in the moralization of this agenda, instead of being treated from the point of view of democracy and public health.

Keywords neoconservatism, neoliberalis, abortion.

1. Introdução

O cenário contemporâneo brasileiro demonstra uma interconexão com a tendência mundial de aprofundamento do neoliberalismo e as inúmeras tentativas de destruição do pacto democrático, conquistado a partir dos acordos constitucionais da década de 1980. Tal cenário tem trazido como consequência o desmantelamento dos direitos sociais e do padrão mínimo de civilidade conquistado; o aprofundamento da ideologia conservadora que, combinado ao fundamentalismo religioso², tem dificultado o avanço de determinadas discussões na sociedade e consequentemente o avanço de conquistas no âmbito legal, principalmente no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos. Inscreve-se nesse rol o debate sobre o aborto, mesmo aqueles que são permitidos por lei.

Este artigo preocupa-se em analisar as contradições que perpassam a efetivação do direito ao aborto no Brasil, em especial no contexto de agudização da crise do capital, da intensificação do neoconservadorismo, do avanço da extrema direita, do qual o governo

2 O fundamentalismo religioso é um movimento religioso e conservador que nasce nos Estados Unidos, no início do século XX, cuja defesa baseia-se na interpretação literal da bíblia para fundamentar as relações sociais. É um movimento heterogêneo, composto por representantes das igrejas católica e protestantes (GEBARA, 2012).

Bolsonaro é projetado. Procura-se compreender as disputas político-ideológicas e religiosas em torno do aborto, apresentadas sob grandes principais eixos: de um lado, aliados do movimento “pró-vida” composto por diversas representações conservadoras e de extrema direita, cuja defesa principal se concentra no rechaço ao aborto (mesmo os já garantidos em lei) e qualquer direito de escolha das mulheres sobre os seus corpos; de outro lado, os movimentos de mulheres e feministas que lutam e resistem pela ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos.

Compreendemos que os discursos contrários ao aborto e de defesa de uma moralidade cristã, nada mais é que um artifício da extrema direita para ganhar adesão popular em um contexto de crise, e garantir, assim, a reprodução do capital, intensificando privilégios de uma minoria que sobrevive à custa do fundo público.

2. Contradições históricas e políticas essenciais na construção do direito ao aborto no Brasil.

De acordo com Souza (2016), o conservadorismo é ideologia e ação fundada na passagem da sociedade feudal para o capitalismo. Contudo, ao passo que a burguesia se fortalecia enquanto classe dominante e a estrutura social se modificava sob a organização da sociabilidade capitalista, o conservadorismo deixa de ser um pensamento político de defesa do passado e de antigos regimes, para tornar-se o pensamento de reforço ao poder burguês.

Nesse sentido, pouco a pouco o conservadorismo passou a representar um mecanismo da reprodução social que se estrutura através da política, da ciência, da religião, da cultura, entre outros. Um mecanismo potente que serve para perpetuar e preservar a sociedade do capital, posicionando-se contrariamente a qualquer defesa proletária e revolucionária.

Do ponto de vista da totalidade social, é primordial assegurar que os avanços alcançados pelo desenvolvimento das forças produtivas sejam conservados e transmitidos para as próximas gerações, tarefa realizada, posteriormente pelos complexos ontológicos da educação e da cultura. O conservadorismo como ideologia, reclama para si, de maneira mistificadora, a função social exercida, ontologicamente, pelos complexos acima citados (SOUZA, 2016, p. 59).

A sociedade do capital, assim, exige:

Permanente defesa ideológica de sua estrutura, isto é, a manutenção de um conjunto de ideologias – cujo arco vai da falsa consciência a conclusões científicas utilizadas na defesa do capitalismo – cujo objetivo final é a instauração de um

Nesse sentido, por um longo período o objetivo das ciências sociais, imbuídas pelo pensamento conservador, foi favorecer a gestão da ordem burguesa e, dessa forma, surgiram perspectivas teóricas e políticas importantes para fundamentar a sociedade do capital, tais como o positivismo, o liberalismo e, alguns anos mais tarde, o fascismo. De acordo com Souza (2015), o positivismo reposicionou o conservadorismo, que deixou de ser antiburguês para tornar-se antiproletário.

Sabe-se que o capitalismo, ainda que seja um sistema que domina a sociedade como um todo, não se constituiu da mesma forma e sob as mesmas determinações nos diferentes espaços geográficos que se consagrou. Pelo contrário, cada sociedade apresenta suas características socio-históricas, políticas, econômicas e culturais expressas nas suas relações sociais. Embora o conservadorismo esteja presente em todas elas, com expressões filosóficas, éticas, políticas e culturais para justificar o modelo social vigente, também apresentará particularidades nas suas manifestações ídeo-políticas.

O Brasil, por exemplo, se consolida enquanto nação em bases sólidas do conservadorismo, mas apresenta particularidades por se tratar de uma formação social onde predominaram os modelos latifundiário, escravista e patrimonialista de exploração. Aqui, o capital se desenvolveu unindo as formas arcaicas de exploração com o “moderno”.

Souza(2015) também defende que no Brasil, dada às condições históricas e de seu lugar de subordinação enquanto um país capitalista dependente, o conservadorismo aqui presente posiciona-se historicamente mais à direita, aproximando-se dos ideais aos sabor dos reacionários.

Behring (2018), com base nos estudos de Florestan Fernandes, sinaliza que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro ocorre em três fases:

A primeira é a eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno, que iria da abertura dos portos até meados de 1860. Nesse período, desencandeia-se um enlace entre a economia interna e o mercado mundial, fundado em novas relações com a cidade e suas populações e articulado ao escravismo. Trata-se de um padrão neocolonial de desenvolvimento que iria requerer os novos arranjos estruturais já sinalizados. A segunda fase é a da formação e expansão do capitalismo competitivo, na qual o sistema econômico se diferencia, inclusive com a fixação das bases para a industrialização, e que vai da década de 1860 até a década de 1950. A terceira é a fase da irrupção do capitalismo monopolista, marcada pelas operações comerciais,

financeiras e industriais das grandes corporações no país, que acentua nos anos 1950 e adquire caráter estrutural para o golpe de 1964 (BEHRING, 2018, p. 106).

Em todas essas fases a “democracia pelo alto” foi uma marca forte. Apenas em 1988 o Brasil adota na sua Constituição Federal o debate dos direitos humanos, democracia, responsabilidade estatal e seguridade social; sem, contudo, romper com as marcas estruturais do conservadorismo, do racismo e do patriarcado.

Contudo, as relações sociais não são constituídas de maneira linear e como uma mera reprodução de valores, sem que haja enfrentamentos e questionamentos históricos e, é no processo dessas resistências, que outras concepções podem surgir no interior da sociedade, a exemplo do feminismo que questiona não só a dinâmica da sociabilidade capitalista, como também o lugar da mulher nessa relação social, questionando, assim, os valores perpetrados pela sociedade capitalista-patriarcal-racista. Feminismo é prática política e também produção de conhecimento sobre os mecanismos de exploração, opressão e dominação das mulheres.

No entanto, a centralidade que algumas das demandas feministas ganharam em determinadas políticas públicas: saúde, educação, assistência social, despertou a reação de grupos conservadores da extrema direita na contemporaneidade, que viram seu poder hegemônico ameaçados diante das conquistas, principalmente, dos direitos sexuais e reprodutivos. Tal reação não foi específica no contexto brasileiro, mas tem sido uma tendência mundial, despertando inúmeros documentos do Vaticano contra a “ideologia de gênero” e as feministas. Sendo assim,

Grupos conservadores, que têm sido capazes de impor barreiras ou retardar a construção de direitos em vários países, entre os quais o Brasil, investem abertamente contra a agenda feminista, atuando nos espaços institucionais em defesa da criminalização de mulheres e de organizações feministas, para a restrição do debate de gênero e para o desmonte das políticas públicas que, por ele pautadas, foram construídas em décadas recentes (BIROLI, 2018, p. 174).

Para Souza (2015) não se pode estabelecer uma relação direta entre o pensamento conservador moderno e os fenômenos políticos da extrema direita, sendo estas ideias aproximadas de “tendências irracionalistas ou de convergências decadentes da miséria da razão” (SOUZA, 2015, p. 02), que, segundo Lukács (2020), significa o abandono da razão, da dialética, da historicidade e é um reforço à defesa do capitalismo, porém numa estratégia ainda mais conservadora que alia a

desregulamentação do Estado com a moralização da política.

As expressões do irracionalismo contemporâneo vão bem além de discordar do método dialético e de compreensão da vida social a partir da totalidade, têm significado o abandono da razão, a negação da cientificidade, o fortalecimento da aparência dos fatos. O Brasil atual tem sido um exemplo decadente desse contexto.

Esse irracionalismo tende a despertar-se em períodos de crises de sustentação do capital, como ocorreu nas duas grandes guerras mundiais, no qual o nazifacismo se desenvolveu. Essas estratégias conservadoras de sustentação do capital colocam em xeque os limites da democracia burguesa que “pode gradualmente evoluir para um sistema de opressão fascista sem ter de sofrer nenhum tipo de mudança formal” (LUKÁCS, 2020, p.668).

Essas características contemporâneas: avanço da extrema direita, neoliberalismo e aliança com fundamentalismo religioso expressam o neoconservadorismo, que se constitui em um conjunto de ideias e ações políticas da extrema direita, em aliança com os setores religiosos, para barrar os avanços das lutas em prol dos direitos humanos, principalmente as lutas favoráveis às causas feministas e LGBTQIA+.

A redemocratização deu início a um progressivo fortalecimento das instituições democráticas que possibilitou que grupos sociais historicamente marginalizados e/ou silenciados avançassem na consolidação de sua cidadania. O PT contribuiu para esse processo, estabelecendo diálogo com movimentos sociais e incluindo, em alguma medida, a perspectiva de gênero e da diversidade sexual nas políticas e na administração pública. Para os conservadores, porém, as conquistas de direitos das mulheres e da população LGBTQI+ não representariam um avanço democrático, mas ameaças às estabelecidas definições morais (cristãs) de sexualidade, de identidade e família (QUINTELA, 2020, p. 12).

Segundo Vaggione et al (2020, p. 25), o termo neoconservadorismo “foi formulado inicialmente nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, para descrever as reações de intelectuais conservadores dos anos 1970 aos movimentos de contracultura”. Nessa mesma perspectiva, Biroli (2020) afirma que:

O termo neoconservador tem, como outros, várias limitações, no entanto, permite caracterizar o fenômeno em sua emergência no momento político atual, ressaltando as coalisões diversas que o sustentam em um contexto específico. Refere-se a uma racionalidade política que se expressa em forte regulação da moralidade sexual. Essa racionalidade promove uma forma de cultura política e da política de subjetivação que prioriza a mobilização do direito de proteger e garantir uma moral sexuada baseada na defesa da família (heterossexual) e legitimada por seu potencial reprodutivo (BIROLI, 2020, p. 25).

O neoconservadorismo apresenta três dimensões principais (Vaggione et al 2020). A primeira dimensão diz respeito às “alianças e afinidades entre diferentes setores”, visto que, “o processo político brasileiro recente expõe uma aliança entre extrema direita, ultraneoliberais e militares na qual a reação ao gênero vem sendo um eixo central desde a campanha eleitoral de 2018 até as políticas de governo em diferentes ministérios” (VAGGIONE ET AL, 2020, p. 28). A segunda dimensão refere-se ao fato desses setores transformarem pautas morais em políticas públicas, em especial nas áreas dos direitos como estratégia de enfrentamento às políticas voltadas às mulheres e LGBTQIA+. Tais estratégias não são necessariamente uma novidade no território brasileiro, “a novidade reside, em certa medida, na consolidação de novos atores, argumentos e estratégias em defesa de uma ordem sexual que privilegia a reprodução sobre o desejo e legitima um modelo único de família” (VAGGIONE, 2020, p. 58). Já a terceira dimensão diz respeito ao fato do neoconservadorismo se desenvolver em ambientes democráticos, o que corrobora com a ideia de que as democracias no âmbito da sociabilidade capitalista são frágeis, processo em curso que tem sido denominado por Brown (2019) de “desdemocratização”, cuja retórica principal são os ataques às agendas de igualdade de gênero e diversidade sexual.

Para Machado (2017), o neoconservadorismo se evidencia no Brasil entre os anos de 2005 e 2010, período em que a bancada evangélica passa a ganhar mais força no Congresso Nacional a partir de suas pautas em “defesa da família” e fortemente contrária ao aborto. O termo “neoconservador”, assim, serve para designar um período histórico que evidencia a reorganização política dos grupos dominantes em defesa da sociabilidade capitalista e patriarcal, cujo objetivo é a:

Reintrodução do entendimento do aborto como crime e pecado grave, acrescida do entendimento que sua interdição é absoluta, independente das razões. A retórica neoconservadora busca, assim, resgatar a “condição natural da mulher” à reprodução. E para tal se organizam como movimento ostensivo social e político (MACHADO, 2017, p. 03).

Segundo Silva (2018), a relação entre Estado e igreja não é recente no Brasil. Desde o início de sua formação social e histórica há uma íntima relação entre o

Estado e a igreja católica. Porém, essa relação apresenta características específicas no momento atual: 1- há uma maior inserção das representações religiosas dentro do próprio aparelho estatal; 2- Há uma nítida disputa entre os membros da igreja católica e grupos neopentecostais, os quais estão apresentando maior hegemonia nesse processo; 3- os princípios religiosos passam a fazer parte de propostas políticas para a nação, cujos principais eixos de defesa são as pautas anti-aborto e a defesa da família “tradicional”.

Para Quintela (2020), as protoformas do fortalecimento das ideias neoconservadoras são as jornadas de junho de 2013, onde manifestações populares, de caráter tanto de esquerda, como conservador, ocuparam as ruas contra, principalmente, as ações do governo Dilma. Abriu-se, então, o período da escalada neoconservadora que ganhou força não só nos aspectos ideológicos/narrativos entre a população, mas adquiriu maior espaço e força política no Congresso Nacional.

Conforme o Departamento Intersindical de Assessoria parlamentar (DIAP), tomou posse em 2015 o parlamento mais conservador desde 1964. Foi eleito um maior número de militares, policiais, religiosos e ruralistas, com alguns dos representantes desses segmentos destacando-se como os candidatos mais bem votados em seus estados. Na categoria dos militares de reserva, Jair Bolsonaro (PP) foi o deputado federal mais votado pelo estado do Rio de Janeiro, com mais de 460 mil votos (QUINTELA, 2020, p. 02).

A eleição do deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) para a presidência da Câmara dos deputados foi a chave mestra necessária para que em 2016 fosse deflagrado o golpe contra a democracia e os direitos sociais³. Válido ressaltar que o ex-deputado é um grande defensor da criminalização do aborto sob qualquer justificativa. Foi o responsável pela autoria do projeto de Lei Nº 5069/2013, que tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induzir a gestante à prática do aborto. Também previa que toda vítima de estupro fosse encaminhada à delegacia⁴.

3 Fala-se que foi um golpe contra a democracia e os direitos sociais, pois tão logo aprovado o impeachment e Michel Temer ter assumido a presidência do país, aprovou-se a PEC dos gastos (atual E 55), que limita os investimentos públicos na saúde, educação, entre outras áreas estratégicas para consolidar direitos sociais, por 20 anos; aprovação da reforma trabalhista, da terceirização irrestrita.

4 Informações extraídas do site: <https://super.abril.com.br/comportamento/7-projetos-de-lei-perigosos-que-apareceram-desde-que-cunha-assumiu-a-camara/>, acessado em 22/08/2022.

No processo de impeachment ficou nítida a reorganização política dos setores neoconservadores. Tal processo que, supostamente foi aberto para combater a corrupção, evidenciou os discursos e os eixos de defesa desse grupo político, que giraram em torno da família, de Deus, e até mesmo, referências nostálgicas à ditadura militar, evocando-se os nomes de torturadores, como o fez o então deputado Jair Bolsonaro.

Para Araújo e Carvalho (2021), todo esse processo culmina para o fortalecimento do neoconservadorismo brasileiro que tem como um dos episódios o golpe de 2016, o qual deflagrou a face mais cruel e violenta do neoliberalismo, no que se refere aos ataques aos direitos sociais em prol da financeirização do capital. O golpe de 2016 nada teve a ver com o combate à corrupção, mas representou a reorganização da extrema direita, altamente conectada ao ultraneoliberalismo, para construir um projeto de “restauração moral” no Brasil (QUINTELA,2020). O golpe contra a primeira presidenta do país demonstrou sua face conservadora, misógina e patriarcal que estará presente em todas as medidas elaboradas por esse grupo dominante desde então.

Em 2018 esse projeto político-cultural ganha mais força após o resultado das eleições que culminou na escolha de Jair Bolsonaro para presidência do país. Isso porque, a partir daí as representações religiosas estão não só atuando no campo legislativo, como também no executivo, transformando suas pautas morais em políticas de Estado.

Importante demarcar que esse neoconservadorismo se fortalece também a partir de um contexto político-social de crise: crescimento da pobreza e desigualdade, diminuição das taxas de consumo, aumento da violência urbana. Segundo Quintela (2020, p.03): “o ano de 2016 bate o recorde histórico de mortes violentas. Com a perda do apoio popular, houve também a perda de antigos aliados políticos, que passaram de apoiadores do governo a apoiadores do golpe contra Dilma”. O que corrobora com a explicação de Lukács (2020) ao afirmar que as ideias da extrema direita são fortalecidas em contextos de grande crise. E é nesse ponto principal que o neoliberalismo contemporâneo alia-se ao neoconservadorismo.

Evidencia-se, assim, que a atual face do neoliberalismo, além de atuar como

regulador pró-mercado e diminuindo direitos sociais, também se apresenta contemporaneamente com conteúdo moral renovado. “Em seus padrões atuais, o neoliberalismo parece recusar alguns de seus desenvolvimentos anteriores, em que ganharam legitimidade defesas do empoderamento feminino e a relação entre igualdade de gênero e diversidade” (BIROLI, 2018, p. 87).

A aliança programática entre neoliberalismo e neoconservadorismo fica ainda mais visível na atual configuração política brasileiro com a escolha realizado por Jair Bolsonaro para compor seus dois principais ministérios: Paulo Guedes, como ministro da economia, cujas prioridades são a privatização dos serviços sociais e das empresas estatais e a redução do Estado; e Damares Alves para “o Ministério criado por Bolsonaro especialmente para implantar a moral tradicional a partir do executivo: o Ministério da Mulher, da família e Direitos Humanos (MMFDPR)” (QUINTELA, 2020, p. 16).

Os discursos presentes no atual governo apóiam-se nas defesas morais, dogmáticas e cristãs; forja-se no fundamentalismo religioso de igrejas neopentecostais e “pregam a necessidade de salvaguarda da moral e dos bons costumes, em meio a práticas intolerantes, conservadoras, que justificam o discurso de ódio e a utilização da violência” (ARAÚJO E CARVALHO, 2021, p. 153); ao passo que articulam ações de fortalecimento do capital: estímulo ao agronegócio, desmatamento do meio ambiente e extermínio da população indígena, desmantelamento da Seguridade Social, estímulo à política da morte, a exemplo do exercício da violência e isenção das ações de enfrentamento às milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas, ou ao menos minimizadas, diante do contexto da Pandemia pela COVID-19.

A configuração moral da política brasileira coloca a família como centro do debate. Em sua defesa os setores da extrema direita alegam que os movimentos feministas e do público LGBTQIA+ são os responsáveis pela “destruição da família”. O discurso é estratégico, pois alinha conteúdos religiosos e combina-os aos interesses do neoliberalismo, o qual encontra uma grande aliada na “teologia da prosperidade”, “que combina mérito individual com empreendedorismo” (VAGGIONE ET AL, 2020, p. 25).

Em seus discursos, representantes da extrema direita defendem a

“privacidade familiar” e que não cabe ao Estado intervir em seu funcionamento. Isso ocasiona dois feitos principais: 1- a responsabilização das famílias para atuar naquilo que não cabe ao Estado intervir; 2- prejudica as ações protetivas do Estado no combate à violência doméstica contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos, uma vez que a família torna-se uma entidade privada, da qual não cabe intervenção do Estado.

Percebe-se, assim, que o ataque não é apenas quanto ao direito ao aborto - o qual tem sido reduzido a uma pauta estritamente moral pelos setores conservadores, deslocando-o da democracia e dos direitos sexuais e reprodutivos -, mas estende-se ao conjunto de direitos civis, políticos e sociais inaugurados na sociedade brasileira a partir do pacto constitucional de 1988.

Dessa forma, o ataque aos direitos das mulheres hoje está amplamente conectado ao atual estágio de acumulação do capital e à perspectiva neoliberal dominante, em que os direitos só são aceitáveis quando não desenvolverem autonomia dos sujeitos e o confronto com os poderes políticos-ideológicos que sustentam a sociedade capitalista-patriarcal-racista.

O neoliberalismo contemporâneo tem representado não só os interesses do mercado, cuja ação imediata é a redução de investimentos em políticas sociais, mas tem tornado o Estado cada vez mais impermeável às pautas populares. Por isso, Wendy Brown (2019) denomina esse processo de desdemocratização.

O neoliberalismo tem sido um grande aliado do neoconservadorismo, cuja pauta central tem sido o desmantelamento das conquistas relativas ao gênero e à diversidade sexual, na tentativa de resgate de um projeto moral, tendo como foco a família “tradicional”. Para Biroli, “a apologia à família tradicional também está relacionada à maneira como é percebida a divisão do trabalho e das responsabilidades – em outras palavras, à reprodução social” (BIROLI, 2020, p. 149).

Há no atual governo um reforço à concepção da família, enquanto núcleo social fundamental, que serve às duas racionalidades governantes. O valor da família é instrumentalizado politicamente em benefício do neoliberalismo e do neoconservadorismo. Seja por razões econômicas, seja por razões morais, as duas agendas se cruzam em políticas por meio das quais a família é levada a assumir privadamente as funções do Estado, sob o discurso das “obrigações naturais” e “altruísmo familiar” (QUINTELA, 2020, p.19).

Neoconservadorismo e neoliberalismo possuem essências diferentes, enquanto o neoliberalismo exige a mínima intervenção do Estado, o neoconservadorismo exige um estado forte, atuante, vigilante, não para garantir direitos sociais, mas para imprimir na sociedade a moralização da política. Porém, na contemporaneidade formam uma aliança estratégica. “Embora com características formais sobrepostas, essas racionalidades tem efeitos convergentes na geração de uma cidadania antidemocrática” (BROWN, 2019, p. 112).

Essas racionalidades estão ainda mais sintonizadas quando se trata da concepção de família. O neoliberalismo, na medida em que destrói a proteção social de responsabilidade do Estado, a transfere para o âmbito familiar. Aquilo que era compreendido como decorrente de desigualdades sociais, passa a ser entendido como “problemas/incapacidades” individuais, decorrentes principalmente da desmoralização das famílias, de sua incapacidade de proteger seus membros e do “excesso” de direitos e autonomia das mulheres. Para os neoconservadores, a família deve ser compreendida e tratada como a base da sociedade e, por isso, deve ser fortalecida – dentro dos padrões heteronormativos que a moralidade cristã impõe-; para os neoliberais é importantíssimo o fortalecimento das famílias para que sejam elas as maiores responsáveis pela proteção social, da qual o Estado não deverá mais suprir.

As respostas, então, dos neoconservadores é o de proteger as famílias em dois principais aspectos: 1-garantindo sua privacidade perante as intervenções do Estado e contra as “ameaças do mal”; 2- reforçar a subalternização das mulheres e seu protagonismo como cuidadora “natural” dos membros de sua família. Faz-se importante, assim, reforçar o papel da mulher submissa, de sexualidade e reprodução controlada, não detentora de autonomia e que aceite o status de “edificadora do lar”.

Nesse sentido, a privatização das famílias se aproveita da intensificação das hierarquias tradicionais de gênero, apoiadas no papel das mulheres na divisão sexual do trabalho: o trabalho reprodutivo do cuidado. Ou seja, o neoliberalismo se beneficia da imposição da moral tradicional-patriarcal e o custo recai sobremaneira na autonomia das mulheres (QUINTELA, 2020,p.20).

É, portanto, com a retórica de proteção e fortalecimento da família e da moral cristã

que os representantes políticos dos grupos neoconservadores e neoliberais pretendem alçar o apoio popular, tendo como principais apoiadores os evangélicos. Figuras como Donald Trump, nos Estados Unidos, e Bolsonaro, no Brasil, trazem em suas retóricas o combate ao aborto, defesa da moralidade familiar, repúdio à união entre casais do mesmo sexo; ao passo que atuam na consolidação do poder do capital financeiro sob diversas frentes: maiores incentivos aos bancos, apoio ao agronegócio, diminuição de impostos para grandes empresas, etc.

Dessa forma, o restabelecimento das relações patriarcais e heteronormativas como modelo único de família está conjugado aos objetivos do neoliberalismo, na medida em que, são as famílias, em especial as mulheres, que são chamadas a atuar na proteção de seus membros, diante da falta de ação do Estado. Vê-se, assim, o fortalecimento da perspectiva familista como princípio e diretriz das políticas sociais contemporâneas.

O “familismo” que se manifesta, assim, em diferentes combinações nas reações em curso não é simplesmente uma ideologia. O contexto atual de mudanças nas relações produtivas e nas formas de regulação do trabalho faz dele um requisito essencial quando “as provisões públicas são eliminadas ou privatizadas” e “o trabalho e/ou custo de fornecê-las são devolvidos aos indivíduos”, com as mulheres assumindo uma parcela desproporcional desse trabalho (BIROLI, 2020, p. 151. Grifos da autora).

Em consonância com esse pensamento, Machado et al (2020, p. 198) afirmam que:

A aposta na família como núcleo de segurança, diante da vulnerabilidade e da precarização, faz com que o neoliberalismo e neoconservadorismo operem de maneira convergente, justamente quando os conflitos relacionados às desigualdades de gênero se acirram, a crise das relações de cuidado se torna mais explícita e a retirada de garantias sociais, assim como as medidas para assegurar restrições ao orçamento público, é levada a novos patamares.

E é dentro dessa lógica que os movimentos anti-abortos ressurgem com mais força na cena política. A defesa não gira em torno de uma suposta vida, mas sim de um modelo tradicional de família que restabelece a função social da mulher como mera reprodutora.

Embora os neocconservadores promovessem os valores familiares por razões morais e os neoliberais por razões econômicas, suas agendas juntavam-se em políticas por meio das quais as obrigações naturais e o altruísmo das famílias substituiriam o Estado de bem-estar e operariam tanto como um primitivo contrato de seguro mútuo quanto como contrapeso necessário às liberdades do mercado. Ademais, para os intelectuais e elaboradores de políticas neoliberais, a família não era apenas uma rede de proteção, mas um reservatório de disciplina e uma estrutura de autoridade

(BROWN, 2019, p.114).

O modelo neoliberal foi responsável pelo acirramento do sistema de exploração e opressão próprios à dinâmica da sociedade capitalista. Sua principal função foi operar contrariamente aos direitos sociais conquistados, à regulamentação do trabalho e na “demonização” do Estado no que se refere à atuação no campo social, tornando sua ação focalizada e seletiva aos setores mais pauperizados da sociedade, quebrando, assim, qualquer concepção universal de políticas sociais.

Para os neoliberais a defesa concentra-se nas liberdades individuais e no estabelecimento de um Estado forte apenas para a regulação do mercado. O Estado neoliberal, assim, teria que ser “enxuto, não soberano e milimetricamente focado, isolado de interesses particulares, de pactos pluralistas e de demandas de massas” (BROWN, 2019, p. 77).

Segundo Harvey (2007, p. 03):

A criação desse sistema neoliberal implicou muita destruição, não somente para as estruturas e poderes institucionais, mas também sobre as relações estruturais da força de trabalho, relações sociais, nas políticas de bem-estar social, nos arranjos tecnológicos, modos de vida, pertencimento à terra, hábitos afetivos, modos de pensar e outros mais.

No contexto de crise estrutural do capital, o neoliberalismo se intensificou como agenda política, principalmente em países em que a extrema direita conseguiu fortalecimento. De acordo com Lowy (2015), vários países têm vivenciado o ressurgimento da extrema direita, o que, em parte, pode ser explicado pelo processo de globalização capitalista neoliberal, formas religiosas de nacionalismo, além do alinhamento aos conflitos étnicos e confessionais. Essa não é, pois, uma realidade específica do Brasil, mas uma tendência mundial, respeitadas as particularidades de cada território. Nos Estados Unidos, por exemplo, a nova configuração neoliberal tem “intensificado os poderes econômicos, sociais e políticos do capital, da propriedade, da cristiandade e da moralidade tradicional” (BROWN, 2019, p. 152).

Segundo a autora, a nova reconfiguração neoliberal, que tem como novo aliado fundamental o neoconservadorismo, “subverte a democracia por meio de valores morais e antidemocráticos, ao invés de valores capitais antidemocráticos”

(BROWN, 2019, p. 141). Nesse contexto, o direito à liberdade ganha outro sentido, não se trata do exercício da autonomia e de plenos direitos sociais, mas sim liberdade para cometer discriminações em nome de uma fé cristã e de uma liberdade de expressão, da qual não cabe ao Estado interferir. Além disso, “as coordenadas da religião e da família – hierarquia, exclusão, homogeneidade, fé, lealdade e autoridade – ganham legitimidade como valores públicos e moldam a cultura pública conforme se juntam ao mercado para deslocar a democracia” (BROWN, 2019, p. 142).

Wendy Brown (2019) explica que a configuração política neoliberal e neoconservadora não atua tão somente na desregulamentação dos direitos sociais, mas apresenta também o compromisso de construir uma verdadeira cristianização da esfera pública. Isso é facilmente observado nos discursos políticos dos representantes neoconservadores do Congresso Nacional, e também, pelo então presidente Jair Bolsonaro, cuja máxima de campanha é “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. O efeito disso, afirma a autora, é “reforçar o capital e restringir o trabalho, reforçar fanáticos religiosos, restringir o secularismo e ameaçar meio século de legislação e adjudicação concebidas para retificar a subordinação ou a marginalização histórica de mulheres e de minorais raciais e sexuais” (BROWN, 2019, p.155).

Toda essa conjuntura tem razão de ser. São estratégias de desenvolvimento do atual estágio do capitalismo, cujo objetivo é a apropriação cada vez maior do fundo público, ou seja, da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora que, em tese, deveria reverter-se em serviços e direitos sociais em prol das necessidades básicas para sua reprodução social. A parte mais significativa dos recursos públicos, entretanto, retorna para a classe dominante por meio das ações do Estado para garantir as condições gerais de produção e, com isso, “contrarrestar a tendência decrescente da taxa de lucros” (BRETTAS: 2012, p. 111).

Tal conjuntura de ataque aos direitos sociais repercute não só na efetivação das políticas sociais estratégicas, como também na condição de vida da classe trabalhadora, em especial do público feminino. Isto porque a história das mulheres é marcada pela condição de inferioridade que lhe foi atribuída nos diferentes modelos

de sociedades já existentes. Sendo assim,

3. Considerações finais

Sabemos que a sociedade brasileira é bastante conservadora nas raízes de sua formação e desenvolvimento, contudo, no contexto da agudização da crise do capital, da intensificação do Estado neoliberal e o fortalecimento de pautas moralistas como programas de Estado, esse conservadorismo avança e apresenta novas configurações e características na conjuntura contemporânea.

Uma dessas características é o fortalecimento político dos grupos fundamentalistas, não só em termos de influência no modo de pensar da sociedade, como também no aumento numérico de representações das lideranças religiosas no Congresso Nacional e nos poderes executivo e judiciário. Esses grupos articulados propõem o combate à “ideologia de gênero”, ou seja, organizam-se para barrar as conquistas no âmbito dos direitos das mulheres e das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, entre outros, representados pela sigla LGBTQIA⁺, alegando que tais direitos significam a “destruição da família”.

Trata-se, portanto, de uma rearticulação em escala mundial dos setores tradicionais e conservadores que defendem como pauta principal: a família “tradicional”, impondo o padrão cisheteronormativo a ser seguido e respeitado, excluindo e deslegitimando qualquer outra formação familiar; a mínima intervenção estatal no que se refere às políticas sociais e a consequente responsabilização das famílias pelo provimento de suas necessidades básicas; defendem a liberdade individual, ao invés do coletivo e da democracia; reduzem qualquer posicionamento, mesmo os discriminatórios, como “liberdade de expressão”; se autointitulam defensores da “vida”, posicionando-se totalmente contrários ao aborto, em qualquer hipótese. Em seus discursos estão sempre presentes a defesa de “Deus, da pátria e da família” (BROWN, 2019). Em contrapartida defendem o acesso livre às armas, além de não haver nenhum empenho por parte desses grupos em propor políticas de proteção à vida das mulheres, como, por exemplo, o combate à violência doméstica e ao feminicídio.

O fortalecimento do conservadorismo no Brasil impõe sérios agravos à vida das mulheres, visto que estimular a submissão à retórica religiosa de que “a mulher sábia edifica seu lar” é corroborar para o aumento da violência doméstica e da opressão, em um país que já apresenta altos índices de violência e feminicídios. Em contrapartida, não foi apresentado nenhum projeto para a prevenção e proteção à vida das mulheres pelo governo federal, pelo contrário, houve a diminuição de orçamento para investimentos em áreas estratégicas.

Além disso, o reforço da concepção do aborto como “crime e pecado” estimula a morte de mulheres, que acabam recorrendo a práticas clandestinas e de maiores riscos à vida, uma vez que enfrentam barreiras de acesso ao SUS, além do medo de julgamentos e criminalizações. Não há, em contrapartida, nenhuma ação, enquanto política pública, voltada para o enfrentamento da violência sexual contra meninas e mulheres, ou medidas de educação sexual e de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis ou medidas eficazes de combate à mortalidade materna e crimes contra mulheres em razão do gênero.

Dessa forma, o neoconservadorismo contribui para fortalecer o bloco dominante da sociabilidade capitalista-patriarcal-racista na mesma proporção em que contribui para a morte de mulheres. Não, há, portanto, outro caminho a seguir que não seja o da resistência e do fortalecimento das lutas coletivas para garantir e ampliar os direitos já conquistados.

4. Referências

ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de. **CARVALHO**, Alba Maria Pinho de. Autoritarismo no Brasil presente: Bolsonarismo no circuito do ultraneoliberalismo, militares e reacionarismo. Revista Katál., Florianópolis, V.24, n.01, p. 146-156, jan/abril 2021, ISSN 1982-025

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos - 2º ed. – São Paulo: Cortez, 2018

BIROLI, Flávia. Reação conservadora: democracia e conhecimento. Rev. antropol. (São Paulo, Online) | v. 61 n. 1: 83-94 | USP, 2018

_____. Gênero, “valores familiares” e democracia. In. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina / Flávia Biroli, Juan Marco Varggione, Maria das Dores Machado. – 1.ed.- São Paulo: Boitempo, 2020.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: SALVADOR, E.; BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; GRANEMANN, S. Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no ocidente. traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. - São Paulo : Editora Filosófica Politeia, 2019

GEBARA, Ivone. A teologia da libertação e as mulheres. Revista Sociedade e Cultura, 2020, v. 23: e61023

HARVEY, David . Neoliberalismo como destruição criativa. InterfacEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, São Paulo, v. 2, n. 4, Tradução, ago. 2007. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2007.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020

LÖWY, Micheal. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/0101-6628.044>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0652.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020

LUKÁCS, Georg. A Destruição da Razão tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota, Ronaldo Vielmi Fortes ; revisão de Ester Vaisman, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo : Instituto Lukács, 2020.

MACHADO, Lia Zanotta. O aborto como direito e o aborto como crime: retrocesso neoconservador. Cadernos Pagu (50), 2017

QUINTELA, Débora Françolin. A direita bolsonarista: neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização da política da “família”. Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS - SPG13 - Direitas no Brasil contemporâneo, 2020

SILVA, Luís Gustavo Teixeira da. Sobre corpos, crucifixos e liberdade: a laicidade

do Estado analisada a partir do debate legislativo sobre o aborto no Brasil e no Uruguai (1985-2016). Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em ciência Política da Universidade de Brasília, 2018

SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação. Conservadorismo moderno: Esboço para uma aproximação. Revista Serviço Social e Sociedade, APR-JUN, 2015

_____. Tendências ideológicas do conservadorismo. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.

VAGGIONE, Juan Marco; **MACHADO**, Maria das dores Campos; **BIROLI**, Flávia .Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina / Flávia Biroli, Juan Marco Varggione, Maria das Dores Machado. – 1.ed.- São Paulo: Boitempo, 2020.